



Ações de Extensão para o exercício da Cidadania Financeira

João Vítor Da Silva Barbosa¹

Wesley Da Silva Alves²

Michelle Rayssa Pereira de Melo³

Laurileide Barbosa da Silva⁴

Dayse Amâncio dos Santos Veras Freitas⁵

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

RESUMO

Este resumo apresenta as ações de extensão e comunicação desenvolvidas pelo projeto Conhecendo os Direitos e Exercendo a Cidadania Financeira, vinculado ao Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE, que aborda o aumento do endividamento das famílias brasileiras, o que dificulta o exercício da cidadania financeira. Por meio de pesquisa-ação realizada com famílias do Recife e Região Metropolitana, o projeto desenvolve ações de educação financeira, prevenção ao superendividamento e incentivo ao consumo consciente. A iniciativa busca fortalecer os direitos do consumidor, ampliar o acesso à educação financeira e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

PALAVRAS-CHAVE: consumo consciente; direito do consumidor; superendividamento.

INTRODUÇÃO

O aumento do endividamento das famílias brasileiras tem se tornado uma das principais problemáticas sociais e econômicas contemporâneas. O fácil acesso ao crédito, o crescimento do custo de vida, os baixos salários e a ausência de educação financeira contribuem significativamente para a vulnerabilidade econômica da população. Nesse

¹ Trabalho apresentado na Jornada de Extensão, evento integrante da programação do 26º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de julho de 2026.

² Estudante de Graduação, 6º período do curso de Ciências do Consumo da UFRPE. E-mail: vitorbarbosa13920@gmail.com

³ Estudante de Graduação, 6º período do curso de Ciências do Consumo da UFRPE. E-mail: wesleyub@gmail.com

⁴ Professora do curso de Ciências do Consumo da UFRPE. E-mail: mrayssap@gmail.com

⁵ Professora do curso de Ciências do Consumo da UFRPE. E-mail: laurileide.silva@ufrpe.br

⁶ Professora do curso de Ciências do Consumo da UFRPE. E-mail: dayse.amancio@ufrpe.br

cenário, torna-se fundamental discutir políticas e ações educativas voltadas à cidadania financeira e à proteção do/a consumidor/a.

Nesse contexto, a comunicação assume papel fundamental na democratização da informação e na promoção da cidadania financeira, contribuindo para ampliar o acesso da população aos conhecimentos sobre consumo consciente, planejamento financeiro e direitos do consumidor. As práticas de comunicação educativa desenvolvidas em ações extensionistas fortalecem a relação entre universidade e sociedade, favorecendo processos de conscientização social e inclusão informacional.

O Projeto “Conhecendo os Direitos e Exercendo a Cidadania Financeira” surge a partir das demandas identificadas pelo Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar (NECEF) e pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Direito (NIED), vinculados ao Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE. O projeto busca orientar famílias do Recife e Região Metropolitana sobre planejamento financeiro, prevenção ao superendividamento e consumo consciente.

A proposta também dialoga com os 36 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC, 1990), importante marco jurídico brasileiro responsável pela ampliação dos direitos dos/as consumidores/as e pela proteção das famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Além disso, relaciona-se diretamente à Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021), que fortaleceu mecanismos de prevenção e renegociação de dívidas.

Embora tenha iniciado suas atividades recentemente, em fevereiro de 2026, o projeto já desenvolve pesquisas e ações extensionistas voltadas às pessoas endividadas, promovendo orientação financeira e ações educativas junto à comunidade acadêmica e às famílias da Cidade e da Região Metropolitana do Recife. As ações do projeto também utilizam estratégias de comunicação educativa e mediações sociais como forma de ampliar o alcance das informações sobre educação financeira, direitos do consumidor e cidadania financeira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, pesquisas têm apontado o crescimento expressivo do endividamento das famílias brasileiras. Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor/PEIC, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2026), aproximadamente 80% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas em 2026.

Entre os principais fatores relacionados ao endividamento destacam-se o uso excessivo do cartão de crédito, as elevadas taxas de juros, o aumento do custo da alimentação e o baixo poder de compra do salário mínimo (Marques, 2022). Em Recife e na Região Metropolitana, o aumento no valor da cesta básica atingiu índices expressivos em 2026, chegando a comprometer mais de 45% do salário mínimo das famílias, segundo levantamento do PROCON-PE (2026).

Nesse contexto, em 2026 o Código de Defesa do Consumidor/CDC completa 36 anos e representa um importante marco para a consolidação dos direitos sociais e econômicos dos/as consumidores/as brasileiros/as. O CDC fortaleceu mecanismos de proteção contra práticas abusivas, ampliando o acesso à informação, à educação para o consumo e à dignidade financeira das famílias.

Nesse contexto, a comunicação também se apresenta como ferramenta fundamental para a democratização da informação e para o fortalecimento da cidadania financeira, contribuindo para ampliar o acesso da população aos conhecimentos sobre direitos do consumidor, consumo consciente e educação financeira.

A aprovação da Lei do Superendividamento, em 2021, reforçou ainda mais a necessidade de políticas públicas e projetos extensionistas voltados à educação financeira e ao consumo consciente. A legislação busca garantir práticas de crédito mais responsáveis e estimular ações preventivas relacionadas ao superendividamento com política pública.

Dessa forma, o projeto “Conhecendo os Direitos e Exercendo a Cidadania Financeira” atua como instrumento de transformação social, promovendo reflexões críticas sobre consumo, relações de consumo, bem como promovendo ações práticas sobre orçamento doméstico e geração de renda.

METODOLOGIA

A metodologia adotada pelo projeto baseia-se na pesquisa-ação, desenvolvida de forma participativa e empiricamente fundamentada. Inicialmente, é realizado um diagnóstico social e financeiro das famílias atendidas, identificando os principais fatores associados ao endividamento e às dificuldades de gestão financeira.

A partir desse diagnóstico, são desenvolvidas oficinas, palestras, rodas de conversa e mutirões de atendimento voltados à educação financeira, renegociação de dívidas e orientação sobre direitos do consumidor. Também são elaborados materiais educativos relacionados ao consumo consciente, prevenção ao superendividamento e planejamento financeiro familiar.

Também são utilizadas estratégias de comunicação educativa e mediações digitais, por meio da produção de conteúdos informativos, divulgação em redes sociais e compartilhamento de materiais educativos, ampliando o alcance das ações extensionistas e o acesso da população às informações sobre cidadania financeira.

As ações ocorrem em parceria com o Departamento de Qualidade de Vida da UFRPE, o PROCON-PE e o Programa PROENDIVIDADOS do Tribunal de Justiça de PE, fortalecendo a articulação entre a universidade, a sociedade e as instituições públicas.

Além das atividades extensionistas, o projeto também promove formação acadêmica para estudantes do Bacharelado em Ciências do Consumo, integrando ensino, pesquisa e extensão universitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde fevereiro de 2026 o projeto já vem promovendo ações junto às famílias do Recife e Região Metropolitana, bem como à comunidade acadêmica da UFRPE. As ações de

palestras, oficinas, rodas de conversa, atendimento e renegociação demonstram a importância da educação financeira como ferramenta de cidadania e transformação social.

As práticas de comunicação educativa desenvolvidas pelo projeto também contribuíram para ampliar o acesso da população às informações sobre direitos do consumidor, consumo consciente e cidadania financeira, fortalecendo os processos de conscientização social. Entre os resultados parciais podem-se destacar:

- orientação financeira para famílias endividadas;
- fortalecimento do consumo consciente;
- prevenção ao superendividamento;
- produção de cartilhas educativas;
- realização de seminários, palestras e oficinas;
- ampliação do debate sobre cidadania financeira e direitos do consumidor.

O projeto também fortalece as ações extensionistas da UFRPE e contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à redução das desigualdades, educação de qualidade e promoção do bem-estar social. Além disso, o projeto reafirma a importância das políticas de proteção ao consumidor e da construção de estratégias educativas voltadas à dignidade financeira das famílias brasileiras.

CONCLUSÃO

O Projeto *Conhecendo os Direitos e Exercendo a Cidadania Financeira* apresenta relevância social e acadêmica ao promover ações de educação financeira, prevenção ao superendividamento e fortalecimento da cidadania financeira. A iniciativa contribui para ampliar o acesso à informação e aos direitos do consumidor, especialmente entre famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

O projeto evidencia, também, a importância das políticas de proteção social e das ações extensionistas universitárias na promoção da cidadania e da transformação social. Além disso, destaca-se o papel da comunicação educativa e das tecnologias digitais como

instrumentos de democratização da informação, fortalecimento da cidadania financeira e aproximação entre universidade e sociedade Mesmo tendo iniciado recentemente, em fevereiro de 2026, o projeto já demonstra potencial para impactar positivamente a realidade das famílias atendidas no Recife e Região Metropolitana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. *Código de Defesa do Consumidor*. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. *Lei do Superendividamento*. Brasília: Presidência da República, 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC*. Brasília, 2026.

MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

PERNAMBUCO. Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PE). *O PROCON-PE aponta aumento no valor da cesta básica em abril, que passa a consumir 45,82% do salário mínimo*. Recife: PROCON-PE, 2026. Disponível em: https://www.procon.pe.gov.br/pesquisa-de-preco/117-ultimas-noticias/750-2026?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 abril 2026.